



Henrienne Barbosa

Línguas Indígenas: riqueza da nação brasileira

Com 27 anos, formado em Antropologia e recém-contratado pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), Darcy Ribeiro fez duas expedições ousadas, ambas para tribos dos índios Urubu-Kaapor, localizadas no Maranhão e no Pará. Temporadas de até dez meses de viagem, muitos relatos da cultura e dos mitos, das relações genéticas e sociais, relatos de morte e de vida. É vida principalmente, vida indígena, o que se lê nas cartas que Darcy escreveu a sua esposa Berta sobre as expedições feitas de 1949 a 1951. “*Berta, abro este diário com o seu nome. Dia a dia escreverei o que me suceder, sentindo que falo com você. Ponha sua mão na minha mão e venha comigo. Vamos percorrer mil quilômetros de picadas pela floresta, visitando as aldeias índias que nos esperam, para conviver com eles, vê-los viver, aprender com eles*”, escreveu Darcy, nas primeiras linhas.

As cartas foram escritas em oito diários, onde Darcy, para enganar a distância e repartir o mundo que lhe encantava os olhos, riscou cada palavra como se estivesse na presença de Berta, contando animadamente de sua admiração, suas descobertas, em terra de índio. Quarenta e seis anos depois, Darcy reuniu os diários em um único volume: *Diários Índios – Os Urubus-Kaapor* (Companhia das Letras, 1996). Obra de palavras e desenhos, que alia o olhar do pesquisador à voz do índio. Cadernos de lamento face à incompreensão do branco em relação à cultura indígena. Mais que isso. Nestes escritos há o orgulho da herança genética tupinambá, que corre nos braços da nação brasileira. E na sua língua.

Da expedição, não nasceu apenas um livro. Nasceram estudos, e um deles, embora já exista desde o século 16, com o trabalho de padres jesuítas no Brasil, hoje assume importância crescente na

academia brasileira e mundial, e começa a ser reconhecido no meio político: o estudo das línguas indígenas. No prefácio de *Diários Índios*, Darcy conta que um dia um índio pegou seu diário e, na presença de outros índios, fingiu que escrevia a conversa do seu povo. “Trapaceiro”, brincou Darcy. A trapaça devia-se a um único fator: a língua indígena era, até então, praticamente ágrafa. Cenário que Darcy Ribeiro fez questão de mudar, destacando-se, assim, como um importante incentivador dos estudos das línguas indígenas no Brasil.

Um dos personagens do capítulo dessa mudança é Max Boudin, lingüista francês que participou da expedição entre os Kaapor. Max Boudin estudou o dialeto tembé, da língua tupi de uma tribo do norte do Pará, compilando-o em dois dicionários. “Os dicionários de Boudin são referência no estudo desta língua”, explica o lingüista Aryon Dall’Igna Rodrigues, coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas (Lali) da Universidade de Brasília (UnB) e o maior especialista em línguas indígenas do País.

Hoje, menos de 100 índios falam o tembé. A professora Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, doutora em Lingüística que orientou estudos sobre essa língua na Universidade Federal do Pará (UFPA), diz que o trabalho requer urgência: “A língua está fortemente ameaçada de desaparecimento.” A urgência de documentar e revitalizar a língua não diz respeito só ao tembé, mas à maioria das línguas indígenas brasileiras. Para surpresa daqueles que pensam que o Brasil é um país monolíngüe, a realidade é outra: há cerca de 180 línguas indígenas. E, de acordo com o lingüista Aryon Rodrigues, antes da chegada dos portugueses ao Brasil, existiam 1.200 línguas indígenas faladas de norte a sul do País. Em média, mais de duas línguas

desapareceram por ano, desde a colonização. A péssima notícia é que o extermínio continua.

Por muito tempo se pensou que os índios seriam totalmente dizimados. Massacres, doenças, invasões, catequização e processos de civilização forçados. Atualmente, a realidade, quanto ao crescimento populacional, mudou. Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), feito em 2000, há 701.462 índios no Brasil, o dobro do total apurado no censo de 1991. Como explicar? Para Márcio Santilli, ex-presidente da Funai e autor do livro *Os brasileiros e os índios*, Senac, 2000, o risco de extinção diminuiu porque os índios desenvolveram novas imunidades, superando o “trauma dos primeiros contatos”.

Entretanto, se a integridade física dos índios está em melhor situação, ainda que ameaçada, um censo populacional não revela as agressões à alma. Língua é uma questão de alma, de essência, de auto-valorização, assim como outros aspectos da cultura indígena. Roubados na língua, os índios são roubados em sua essência, com brutalidade semelhante à invasão do seu território, a chamas de fogo insano, ao desconhecimento da nação brasileira da riqueza que existe e, sofredamente, resiste no nosso território.

Riqueza brasileira – O povo brasileiro leva na língua a herança dos primeiros habitantes do País. Milhares de palavras indígenas ajudam a formar o português. Só do tupinambá, conhecido como tupi antigo, há dez mil vocábulos nomeando animais, plantas, rios, cidades. Mas, falar as palavras Niterói, capivara, jacarandá, Paraíba, todas da língua tupinambá, e outros vocábulos indígenas, não torna ninguém conhecedor do assunto – e de sua importância. Falar de língua indígena, além de desbravar nossa própria herança e descendência, é falar de complexidade. Temos uma variedade de línguas e dialetos indígenas que, mais do que compor a língua portuguesa do dia a dia, revela o conhecimento milenar do índio, seu dom de nomear a vida.

São 180 línguas indígenas brasileiras agrupadas, segundo similaridades encontradas entre elas, em quase 40 famílias lingüísticas, das quais dez pertencem ao tronco lingüístico Tupi e 12 ao tronco Macro-Jê. O número de línguas por família varia de uma a trinta. Há famílias com apenas uma língua, conhecida como “língua isolada”, devido a sua singularidade genética.

Além das diferenças genéticas, existe grande diversidade tipológica entre elas, como variações gramaticais e fonéticas, por

exemplo. Um caso interessante é o da língua pirahã, que segundo o lingüista Aryon Rodrigues “tem o menor inventário de fonemas lingüísticos do mundo”. Falada junto a um dos afluentes do rio Madeira, no Amazonas, o pirahã é formado, apenas, por seis consoantes e três vogais.

Com mais de 30 mil falantes, o tikuna, nas margens do rio Solimões, é a língua indígena mais falada no Brasil. A família mais distribuída no território brasileiro é a Tupi-Guarani, presente no Amapá, no norte do Pará e Rondônia, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que a língua tupi não é igual à guarani, com diferenças equivalentes às encontradas entre o português e o espanhol.

Em média, há cerca de 1.500 falantes para cada língua indígena. Contudo, por volta de 80% delas possuem menos de mil falantes, compondo um quadro preocupante. Línguas com menos de mil falantes são consideradas fortemente ameaçadas de extinção.

Alerta - A língua xipaya, falada no município de Altamira, no Pará, é um exemplo de língua praticamente extinta. De acordo com o mestrando em línguas indígenas Lucivaldo Silva da Costa, de 29 anos, há apenas uma falante da língua, a índia Maria Xipaya. Todas as quintas e sextas, entretanto, Maria se encontra com missionários lingüistas para ajudar na documentação do xipaya. O objetivo é fazer uma cartilha escolar, a fim de alfabetizar os índios na língua. Mas, na opinião do lingüista Aryon Rodrigues, revitalizar uma língua sem que exista ao menos um pequeno grupo de pessoas que ainda a falem é impossível.

Se há uma vaga esperança para o xipaya, ainda que ilusória, o mesmo não se pode dizer do kuruaya, língua falada também em



“Língua é uma questão de alma, de essência, de auto-valorização, assim como outros aspectos da cultura indígena. Roubados na língua, os índios são roubados em sua essência, com brutalidade semelhante à invasão do seu território...”

Altamira. Com apenas dois falantes, que não sabem mais do que frases isoladas, e sem nenhum estudo de documentação, “a língua está praticamente morta”, lamenta Lucivaldo, que diz que deve ser feito todo o possível para evitar que o fato se repita com outras línguas. Ele estuda o xikrin, dialeto kayapó, da família Jê, no sul do Pará. O xikrin é falado fluentemente por todos os 800 índios da tribo, onde poucos sabem o português.

A pesquisadora Marina Maria Silva Magalhães, de 25 anos, assim como Lucivaldo, optou por estudar a língua dos povos indígenas. Escolheu a língua guajá, da família Tupi-Guarani, na divisa do Maranhão com o Pará. Dos 600 índios da tribo, apenas um fala o português. Para manter a língua viva, o governo e instituições de proteção ao índio estão planejando fazer cartilhas educacionais em guajá. “Será a realização prática do meu trabalho”, diz Mariana, que atualmente trabalha na tradução dos escritos do padre José de Anchieta, sobre línguas indígenas, na UnB.

A educação é uma das principais formas de revitalizar e mesmo resgatar línguas indígenas. Mas, a morte das línguas pode não significar o fim. A história dos povos Mura e Baré, na Amazônia, traz esperança. Eles não falam mais a língua nativa, mas estão falando o nheengatu, conhecido como **língua geral**. “Trata-se de um fato positivo que se verifica em tribos de outros estados brasileiros”, revela o professor Ademir Ramos, diretor do Departamento de Desenvolvimento Humano do Instituto da Amazônia (OSCIPI).

Educação indígena - Receber educação na língua materna passou a ser um direito do índio, reconhecido na Constituição de 1988, no Capítulo VIII, intitulado “Dos Índios”, e no Capítulo III. A professora Ana Suelly Cabral, ex-funcionária do extinto programa Pró-Memória, do Ministério da Cultura que, no início da década de 80, financiava programas de educação para grupos minoritários, entre eles os índios, e junto com outras instituições ajudou a formular a Constituição sobre a questão indígena, conta que antes o índio era alfabetizado apenas em português. “O Ministério da Educação foi sempre indiferente ao assunto, até a última Constituição”, diz Aryon Rodrigues.

“Hoje, defende-se a educação bilingüe, tendo o índio como seu próprio gestor em parceria com estudiosos da área”, explica Ana. “A preservação das línguas deve ser

feita a partir de uma política de valorização cultural, garantindo os direitos fundamentais dos povos indígenas como demarcação adequada do território, fortalecimento da economia comunitária e a implementação de um sistema educacional diferenciado”, enfatiza o antropólogo Ademir Ramos.

De acordo com o jornalista Raul Moreira, poucos governos se esforçam para preservar as línguas nativas. Ele conta que “na Austrália, país onde a colonização inglesa fez desaparecer 150 das 350 línguas aborígenes, o governo local, reconhecendo a sua culpa, está desenvolvendo uma política multicultural visando à recuperação da identidade étnica. Ao contrário do passado, as crianças aborígenes são educadas com base no bilingüismo”.

No Brasil, política semelhante começa a ser adotada. A Secretaria de Educação de Manaus, assim como as de outros Estados, está produzindo material didático onde os índios participam como autores. “É impressionante ver como eles se sentem valorizados, orgulhosos de sua cultura, no processo de resgate de sua língua”, diz Darcy Humberto Michiles, deputado federal pelo Amazonas, que foi Secretário de Educação em Manaus e apoiou, em 1998, a publicação de cartilhas na língua sateré-mawé ou, como dizem os índios, as cartilhas *Mowe’eg hap*. Michiles cresceu entre os índios Sateré e foi na sua gestão que se criou uma política etnolingüística no Estado. O Amazonas é o único Estado com um Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, onde os 28 conselheiros são índios, escolhidos pelos próprios povos.

No final de fevereiro, a Universidade Federal do Amazonas em parceria com o governo estadual publicou o *Atlas Sócio-Lingüístico*, com o trabalho da lingüista Ana Castelo Branco. “No Amazonas, há 59 grupos étnicos e são faladas vinte e nove línguas indígenas”, afirma o professor Ademir Ramos. Os dados não consideram as tribos isoladas. Tendo em conta a carência de números e estatísticas oficiais, o Atlas significa um grande avanço para os estudos sobre os povos indígenas.

Mapa da história – O primeiro a descrever uma língua indígena, no Brasil, foi o padre José de Anchieta (1534-1595). Ele escreveu a *Arte de Grammatica da Lingoa Mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em 1595. Poemas, peças de teatro, obras de valor literário foram também escritas em tupi.

Atualmente, pesquisadores nacionais e estrangeiros resgatam os escritos de Anchieta, com o objetivo de



Ceraldo Magela/Agência Senado

levá-los ao público em geral. A UnB, em parceria com as Universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro, as Universidades de Granada e de Salamanca, na Espanha, estão fazendo uma edição crítica das obras de José de Anchieta, escritas em português, tupinambá, espanhol e latim.

O Padre José de Anchieta, no entanto, não foi o único a estudar a língua indígena nos primeiros séculos do Brasil. Outros padres o fizeram. E por motivos diferentes, outros estudiosos dedicaram-se a desvendar a língua. Portugueses, pesquisadores estrangeiros, missionários-lingüistas, acadêmicos do século 21. A lista é longa, os motivos da documentação das línguas variam, com direito até mesmo a histórias de valor cinematográfico.

De acordo com o lingüista Aryon Rodrigues, o estudo das línguas indígenas pode ser dividido em três fases. Na primeira, que abrange o período colonial, destaca-se o trabalho dos padres jesuítas sobre algumas poucas línguas indígenas e sobre a **língua geral** – a língua falada pelos mamelucos, resultante da língua das mães indígenas influenciada pela cultura portuguesa –, que no século 19 recebe o nome de nheengatu (língua boa), com os estudos do general José Vieira Couto de Magalhães. Autor da obra *O Selvagem*, a pedido de D. Pedro II, Couto de Magalhães estudou o nheengatu e produziu uma gramática da língua, disposto a “civilizar” os índios.

Ao período colonial também pertence uma das mais incríveis histórias vividas em solo brasileiro: as aventuras do alemão Hans Staden, que documenta a cultura indígena com grande riqueza de detalhes. Após ter sobrevivido a um naufrágio no litoral de Santa Catarina, em 1549, Staden trabalhou por dois anos como artilheiro no Forte de Bertioga. Acabou sendo capturado por índios tupinambá, da tribo de Ubatuba, e inventou uma série de mentiras para não ser devorado em um ritual antropofágico. Depois de um ano de prisão, conseguiu se safar da morte, voltou para a Alemanha e publicou, em 1557, o livro *Hans Staden: A verdadeira história do seu cativo*. Lançado em várias edições em alemão, francês e latim, o livro tornou-se um *best-seller* na Europa do século 16.

Embora a história de Staden tenha sido por muito tempo relegada pela historiografia brasileira e ainda esteja ausente das salas de aula, encontrou seu lugar na literatura e no cinema, além de despertar a atenção de lingüistas. Monteiro Lobato fez uma recontagem do livro. Na década de 70, o cineasta Nelson Pereira dos Santos produziu o longa-metragem “Como era gostoso o meu francês”, com alguns desvios da obra

original. Em 1999, sob a direção de Luiz Alberto Pereira, foi lançado o filme “Hans Staden”, fiel à história. Premiado no Festival de Brasília, este filme teve a participação do lingüista Eduardo Navarro, autor dos livros *Método Moderno do Tupi Antigo* (Editora Vozes) e *Poemas, Lírica Portuguesa e Tupi de José de Anchieta* (Editora Martins Fontes), que ensinou a pronúncia do tupinambá para os atores. Resultado: já é possível assistir a um filme, que também está disponível em DVD, com diálogos quase todos na língua tupinambá.

No século 18, o Marquês de Pombal determina que só a língua portuguesa deveria ser falada no Brasil, com a ameaça de até 20 anos de prisão

para quem desobe-decesse à ordem. A despeito do decreto, o tupinambá é falado por duas a cada três pessoas até o século 19. A situação, contudo, se alteraria rapidamente. Por volta de 1830, houve um levante no Pará. A população local se rebelou contra os comerciantes portugueses, num episódio que ficou conhecido como Cabanagem. Os brasileiros pediram ajuda ao governo. Em resposta, o governo enviou a Marinha de Guerra que reprimiu violentamente a revolta. Segundo o lingüista Aryon Rodrigues, um dos critérios para matar foi a língua. “*Aqueles que falavam a língua geral foram perseguidos e mortos*”, conta. “*Foi um verdadeiro genocídio*”. Anos depois, com o ciclo da borracha, nordestinos migraram para a região. Com a predominância da língua portuguesa, o tupinambá desapareceu de grande parte da Amazônia.

A colonização portuguesa foi extremamente nociva às culturas locais. Na Índia, por exemplo, são faladas 500 línguas. Já em países africanos de colonização portuguesa, como Moçambique e Angola, houve um extermínio de línguas. Nos países africanos vizinhos, não colonizados pelos portugueses, isso não aconteceu.

Documentar – No século 19, inicia-se uma outra fase de documentação das línguas indígenas, por meio do trabalho de



Geraldo Magela/Agência Senado

naturalistas, principalmente alemães. Destaca-se Carl Friedrich Philipp von Martius, que fez uma coletânea de vocabulários em várias línguas, de diversos autores, intitulada *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, publicada em 1867. A motivação era adquirir conhecimento científico, porém o trabalho era muito limitado. Assim como coletava amostras de plantas, por exemplo, o pesquisador dessa época coletou amostras de vocabulário.

Alguns anos mais tarde, já no século 20, o estudo é ampliado e passa a estabelecer relações genéticas lingüísticas. Neste período, os trabalhos são de etnógrafos alemães como Theodor Koch-Grümbert, que publica uma obra de cinco volumes sobre a cultura indígena de tribos do

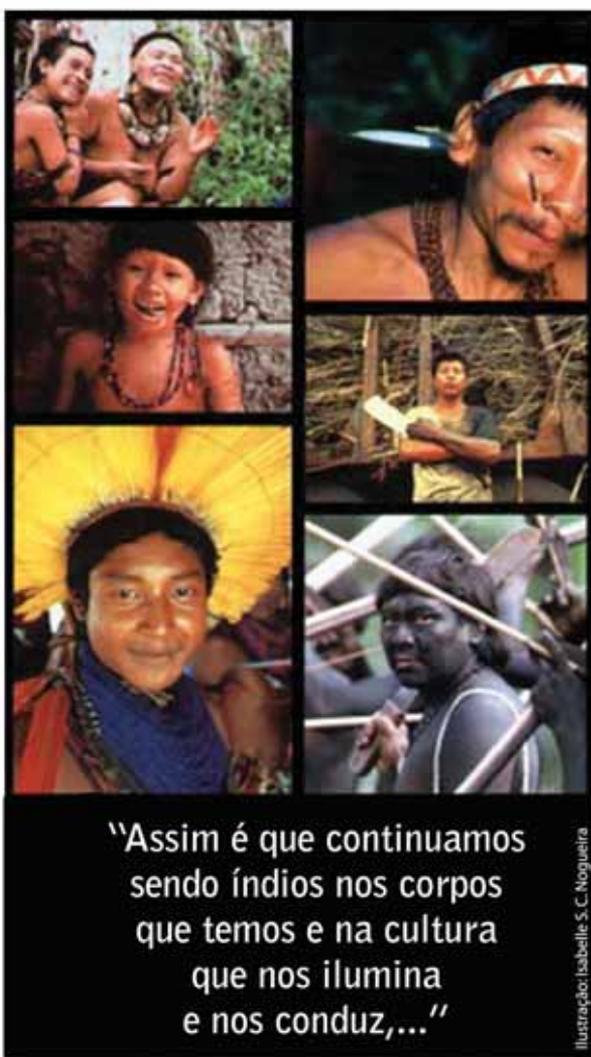
extremo norte do Brasil, Guianas e Venezuela e sobre a língua taupéang, da família Karib, do norte amazônico; Karl Von den Steinen, antropólogo alemão que fez uma gramática do bakairí, da família Karib; Curt Nimuendajú, coletor de dados de muitas línguas e autor de um importante mapa etnolingüístico do Brasil.

No início do século 20, destacaram-se os estudos do historiador brasileiro Capistrano de Abreu sobre a língua kaxinawá, do Acre, obra que, apesar de exemplar, infelizmente não estimulou ninguém a dar continuidade à pesquisa. De 1914 a 1940, há poucos estudos sobre o tema. Mas, dias melhores viriam.

Divisor de águas – A terceira fase é considerada por muitos como um marco na história dos estudos das línguas indígenas. Em 1956, Darcy Ribeiro e os antropólogos do Museu Nacional apóiam a vinda da Summer Institute of Linguistics (SIL) para o Brasil, uma instituição norte-americana formada por missionários-lingüistas de diversas nacionalidades que continuam trabalhando no Brasil e, segundo a lingüista da Universidade Federal de São Carlos, Ceci Maria Aparecida Honório, fez um extenso e importante trabalho de documentação, no momento em que a academia dava seus primeiros passos no assunto.

Responsável por três volumes de gramáticas da língua indígena, o *Handbook of Amazonian Languages*, a SIL fez a tradução do Novo Testamento para 13 povos indígenas brasileiros. A tradução da Bíblia para o tikuna foi a mais demorada: 34 anos.

Em 1960, Joaquim Mattoso Câmara funda o Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde os missionários da SIL realizam seus estudos com base no Estruturalismo. Ainda na década de 60, um convite importante colocaria, definitivamente, e apesar dos percalços, a academia em contato com a escrita do índio. Darcy Ribeiro, na época reitor da Universidade de Brasília (UnB), convida o lingüista Aryon Rodrigues para criar, na UnB, o primeiro Departamento de Lingüística do Brasil. Rodrigues, que havia feito seu doutorado sobre o tupinambá, na Universidade de Hamburgo, na Alemanha, aceitou o desafio, e também iniciou, no País, o primeiro curso de pós-graduação em Lingüística. Só que durou pouco. Com a ditadura militar, o Departamento foi fechado. “Ainda tentamos falar com o Castelo Branco. Ele disse que



apreciava o nosso esforço, mas tinha algo que ele não poderia abrir mão: o princípio da autoridade”, conta Aryon Rodrigues.

Convidado para trabalhar no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1966, Aryon Rodrigues fez um trabalho semelhante ao que estava iniciando na UnB. Após sete anos no Rio, foi para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que ele considera “o melhor centro de pesquisas em línguas indígenas do País”, de onde só saiu em 1989 para estruturar aquilo que havia iniciado na década de 60: um Laboratório de Línguas Indígenas na UnB. Conseguiu. Teve, contudo, de esperar dez anos, até que tivesse seu pedido atendido, recebendo um pequeno espaço físico, e o que é mais importante: apoio institucional. Espaço onde o número de pesquisa e pesquisadores aumenta, mostrando a Aryon Rodrigues, um senhor de 78 anos que, aos 12 anos, incentivado pelo professor Rosário Mansur Guérios (Guérios estudou várias línguas indígenas e foi professor de Aryon Rodrigues no Colégio Paranaense e na Universidade Federal do Paraná) escreveu seu primeiro trabalho sobre o tupi e o guarani.

Peguemos os nossos diários. Falemos dos índios, como povos aos quais também pertence a nação onde vivemos. Para que, ao compilarmos nossos relatos diários, em mais um capítulo do futuro, nossas letras falem das letras indígenas, e estas, por sua vez, falem por si próprias, sobretudo mostrem uma sociedade cônica de seus mais valiosos tesouros. “Assim é que continuamos sendo índios nos corpos que temos e na cultura que nos ilumina e nos conduz”, finaliza Darcy Ribeiro – no prefácio de *Diários Índios. Tapy’ya sehay muentyhot ma’ão*¹.

¹ *Letra de índio é luz que ilumina a alma.* Frase que completa um pensamento ocidental transcrita para a língua indígena saterémawé. Paráfrase feita por Antônio Vieira de Araújo, 28 anos, índio Sateré-Mawé da aldeia Ponta Alegre do município de Barreirinha, Amazonas, onde ocupa a função de Gestor de Projetos no movimento indígena local.

Henrienne Barbosa
é estudante de Jornalismo
da Universidade de Brasília



Alguns centros de pesquisa de línguas indígenas no Brasil



Laboratório de Línguas Indígenas (Lali) da Universidade de Brasília
Coordenação: Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues.
End.: ICC Sul, sala BSS-234, Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70900-900, Brasília - DF
<http://www.unb.br/il/lali>



Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Criado em 1961, é o mais antigo do País.
<http://www.acd.ufrj.br/museu>



Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)
De 1977 a 1995, segundo o professor Angel Corbera Mori, foram defendidas 27 dissertações de mestrado e dez teses de doutorado, abrangendo 31 línguas indígenas.
<http://www.unicamp.br/iel>



Museu Paraense Emílio Goeldi – Instituto de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Belém - PA
<http://www.museu-goeldi.br/>

Dica de Site:



<http://www.socioambiental.org>
O Instituto Socioambiental é uma organização não-governamental que disponibiliza em seu site informações sobre os povos indígenas brasileiros, inclusive sobre sua diversidade lingüística.